



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ATA2 ASSESSORIA

RELATÓRIO

INFORMAÇÕES

Trata-se de relatório analítico do Recurso Administrativo do **Item 23** (49446128)

RECORRENTE

MAQCAMPO SOLUÇÕES AGRICOLAS S/A (CNPJ nº 00.970.771/0003-73)

RECORRIDO

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. (CNPJ 14.707.364/0001-10)

OBJETO

Decisão que declarou vencedora a empresa recorrida no item 23 do Pregão Eletrônico Nº 90024/2025 (SRP) - UASG 130005.

DOCUMENTOS RELEVANTES

Proposta item 23: 49306427

Documentos para Habilitação item 23: 49357842

Despacho de Habilitação: 49346675

Recurso Administrativo MAQCAMPO: 49446128

Contrarrazões XCMG:49532758

ANÁLISE

1. O recurso administrativo referenciado em epígrafe suscita supostas irregularidades técnicas, documentais e procedimentais relacionadas à divergência quanto à potência do motor, à inconsistência e insuficiência da LCVM apresentada, à ausência de ensaios e certificações oficiais, bem como à não comprovação inequívoca da nacionalidade do item 23. Apresenta, ainda, os fundamentos de direito e encerra-se com os pedidos.

2. Por conseguinte, as contrarrazões rebatem as supostas irregularidades suscitadas, explanam fundamentos de direito e objetivam a manutenção da decisão.

3. De início, traz se a previsão do Edital que respalda alguns dos procedimentos adotados por essa Equipe de Planejamento da Contratação - EPC na análise que seguir-se-á:

“6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das **propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, **assumindo o proponente**

o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.”

(....)

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios **insanáveis**; (...)

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, **desde que insanável.**”

4. Passa-se, expeditamente, à análise das supostas irregularidades.

A PRIMEIRA IRREGULARIDADE (item 23)

APRESENTAÇÃO DE LCVM INVÁLIDO, EXIGÊNCIA DE ENSAIOS LABORATORIAIS E CERTIFICAÇÃO OFICIAL DO MOTOR

5. Sobre o tema, a recorrente argumenta:

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., apresentou Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) emitida nos últimos dias do mês de dezembro. Todavia, ao proceder à consulta pública junto à base oficial do IBAMA, verifica-se que o referido documento não contém informações essenciais para a verificação de sua regularidade, notadamente: • ausência de dados técnicos do equipamento; • inexistência de identificação clara e inequívoca do motor certificado; • impossibilidade de correlacionar o documento ao modelo efetivamente ofertado na licitação.

6. Em contrarrazão, a recorrida apresenta:

para o Item 23 foi apresentada a LCVM do Trator XCMG, modelo XT804-5EBR, válida até 31/12/2026, a qual comprova o atendimento à fase MAR-I, do PROCONVE, em estrita consonância com o quanto exigido nas cláusulas 4.2.3 e 4.2.4, do Anexo I – Termo de Referência.

(....) a tese recursal não se sustenta: ainda que o Recorrente, por deficiência de consulta, por limitação de acesso, por parametrização do sistema do IBAMA, ou por simples desconhecimento do funcionamento do portal, não visualize todos os campos desejados em determinada tela, tal circunstância não se transmuta em vício do documento, nem autoriza concluir, por presunção, a irregularidade da LCVM emitida pelo IBAMA. Ao revés, o próprio recurso apresenta a tela que comprova que a LCVM é verificável por autenticidade, na medida em que confirma que a licença é válida para o Recorrido, com a respectiva identificação do solicitante e número de licença, o que, longe de infirmar, reforça a regularidade da LCVM apresentada neste certame (...) Perceba, Vossa Senhoria, que existe uma contradição interna que fragiliza o recurso em sua própria raiz: ao mesmo tempo em que o Recorrente sustenta que a LCVM não permitiria “verificação objetiva” por suposta ausência de campos, ele próprio reconhece, e se vale, da existência de ambiente oficial específico para validação de autenticidade, mediante o qual se confirma a vinculação do ato ao solicitante e se identifica o número da licença.

7. Nesse contexto, ressalta-se que a empresa apresentou, ainda em fase de habilitação, Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (Documento: LCVM XT804_5EBR 49357842), válida até 31 de dezembro de 2026. O referido documento abrange marca/modelo/versão: **I/MA XCMG/XT804_5EBR/** e o motor: **SC4H80.5G3**, especificações estritamente convergentes com o catálogo técnico

apresentado e negligenciadas pela recorrente.

8. No que tange à pretendida diligência complementar sobre a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM), cumpre salientar que tal documento, expedido pelo IBAMA, constitui ato administrativo dotado de presunção de legitimidade e veracidade. Tratando-se de documento público oficial, é defeso à Administração recusar-lhe fé, por força do art. 19, II, da Constituição Federal, c/c o art. 117, III, da Lei nº 8.112/1990, de modo que sua validade subsiste enquanto não sobrevier prova inequívoca em contrário. Por conseguinte, o dever de diligência deve restringir-se ao saneamento de dúvidas fundadas mediante prova robusta e inequívoca de nulidade, falsidade, invalidade ou omissões, não se prestando a questionar documentos que já ostentam fé pública, com plena eficácia jurídica.

9. Neste diapasão, deve-se consignar que a recorrida apresentou a licença e anexou o documento aos autos (Documento: LCVM XT804_5EBR 49357842), assim como demonstrou, reiteradamente, elementos de confirmação entre a LCVM formal apresentada e validação no ambiente público do IBAMA, confirmando-se que o referido documento contém informações essenciais para a verificação de sua regularidade. Ademais, no caso em tela, a licença apresentada possui certificação digital (ICP-Brasil), o que garante, por si só, a autenticidade e a integridade da autoria, tornando despicienda qualquer averiguação adicional. Portanto, exigir que a Administração diligencie sobre um documento público digitalmente autenticado configuraria excesso de formalismo, o que atenta contra o Princípio da Eficiência e a celeridade procedimental.

10. Não obstante, quanto a alegada ausência de apresentação de ensaios laboratoriais e outros documentos internos ao procedimento de licenciamento ambiental e certificação oficial do motor, os subsídios técnicos que fundamentam a expedição da LCVM — tais como laudos e ensaios — integram o processo regulatório conduzido pelo IBAMA, possuindo natureza diversa dos documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório, com os quais não se confundem.

11. Logo, depreende-se da manifestação acima que a LCVM apresentada pela recorrida está em conformidade ao previsto no edital.

12. Portanto, quanto ao pedido relativo à "Primeira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A SEGUNDA IRREGULARIDADE (item 23)

DIVERGÊNCIA QUANTO À POTÊNCIA DO MOTOR E O INTERVALO EDITALÍCIO

13. Sobre o tema, a recorrente argumenta:

O edital exige trator com Potência limitada entre 70 CV e 80 CV, porém, no site oficial do próprio fabricante XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., divulga que o modelo XT804-5EBR possui potência de 100 CV. Tal divergência não configura falha formal ou mero erro material, mas sim inconsistência técnica substancial, pois atinge característica essencial do equipamento, diretamente relacionada à conformidade do objeto com o edital.

(...)

A eventual aceitação de equipamento com potência superior ao limite máximo previsto no edital configura descaracterização do objeto licitado

14. Em contrarrazão, a recorrida apresenta:

A referida página oficial não se limita a exibir informações resumidas em ambiente web, mas disponibiliza para download o catálogo técnico do próprio produto, contendo as especificações completas do modelo ofertado, inclusive

a identificação do conjunto motriz e a potência nominal, em documento estruturado, padronizado e destinado precisamente a veicular informações técnicas verificáveis ao mercado.

Trata-se de circunstância juridicamente relevante, pois afasta, de modo objetivo, a tentativa do Recorrente de sustentar “divergência” com base em captura de tela isolada e não autenticada: ao disponibilizar o catálogo oficial para download, o site oferece fonte documental íntegra e rastreável, apta a comprovar, de forma inequívoca, que o trator XT804-5EBR é equipado com motor SC4H80.5G3, com potência de 80 CV, exatamente como declarado na proposta e exigido no Termo de Referência.

15. Note-se, novamente, o que traz o Edital:

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

(...)

6.8. A apresentação das **propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, **assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos**, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

16. Da análise do acervo probatório, constata-se a estrita identidade entre o catálogo colacionado ao certame e o material publicizado no sítio eletrônico do fabricante. Tal convergência ratifica a integridade das especificações técnicas — notadamente quanto ao conjunto motor, potência e regime de emissões — e elide, de forma objetiva, qualquer alegação de divergência técnica. Ademais, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), ao confrontar as características do trator XCMG, modelo **XT804-5EBR (motor SC4H80.5G3)**, com o Termo de Referência, atestou o pleno atendimento ao requisito de potência para o Item 23.

17. Por conseguinte, a declaração de conformidade emitida pelo Recorrido formaliza sua vinculação às condições editalícias, obrigando-o à entrega de objeto que observe estritamente os parâmetros de 80 CV e a qualidade técnica exigida para a execução contratual.

18. Não há qualquer margem jurídica para o Recorrido fornecer Trator diverso daquele descrito na proposta e vinculado ao presente certame, sob pena de incorrer em sanções de natureza administrativa, civil e penal. Com efeito, o Edital e seus anexos preveem expressamente a recusa do objeto em caso de divergência técnica, sem prejuízo da responsabilização pela inexecução contratual e da subsunção da conduta ao tipo penal previsto.

19. Portanto, quanto ao pedido relativo à "Segunda Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento.

A TERCEIRA IRREGULARIDADE (item 23)

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NACIONALIDADE DO TRATOR

20. Sobre o tema, a recorrente argumenta:

A empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., afirma que o trator agrícola ofertado é de fabricação nacional. Todavia, não é suficiente capaz de comprovar, de forma inequívoca, a origem nacional do equipamento.

(...)

A simples alegação de nacionalização, desacompanhada de documentação idônea, não atende ao comando editalício, nem satisfaz o disposto no art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a comprovação objetiva e verificável da qualificação técnica do objeto ofertado.

21. Em contrarrazão, a recorrida apresenta:

O instrumento convocatório não condiciona a aceitação do Item 23 à prova de “produto nacional”, tampouco estabelece qualquer vedação à oferta de bens de origem estrangeira; ao revés, o próprio Edital disciplina a hipótese de participação de empresas estrangeiras, inclusive com regramento de documentos equivalentes, tradução e apostilamento, o que evidencia que a nacionalidade não é elemento impeditivo do certame.

Assim, a alegação recursal, ao insinuar irregularidade pela suposta origem do produto, incorre em inovação argumentativa: tenta transformar uma categoria instrumental (origem para fins de preferência) em requisito substancial do objeto, como se o Edital houvesse restringido o universo competitivo a bens “nacionais”, o que simplesmente não ocorreu.

22. Salienta-se que inexistente, no instrumento convocatório, óbice à oferta de bens de procedência estrangeira ou condicionante que restrinja a aceitação dos itens à produção nacional. Pelo contrário, o edital disciplina expressamente a participação de licitantes estrangeiros, conforme o item 9.2, inclusive quanto à documentação equivalente, tradução e apostilamento, o que ratifica a inexistência de restrição quanto à origem ou nacionalidade do objeto.

23. Sob a ótica do instrumento convocatório, a qualificação de produto como 'nacional' destina-se, exclusivamente, à fruição do instituto da margem de preferência, técnica de julgamento voltada ao fomento de bens manufaturados nacionais. O próprio edital, no item 8.4.1 preceitua que a ausência de comprovação dos requisitos para tal benefício acarreta, tão somente, a reclassificação das propostas para fins de novo cálculo do certame, e não a desclassificação da licitante.

24. Nesse sentido, resta evidenciada a regularidade da proposta do Recorrido, o qual declinou do referido benefício ao declarar a inexistência de conteúdo nacional. Tal circunstância foi expressamente ratificada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) no **Despacho 22 (49358725) SEI 21000.042507/2025-77**, que consignou a inaplicabilidade da margem de preferência ante a opção da licitante.

25. Portanto, quanto ao pedido relativo à "Terceira Irregularidade", conhecemos do recurso e negamos-lhe provimento

É o relatório.

ENCAMINHAMENTOS

Prestados os esclarecimentos constantes deste Relatório, encaminhe-se à autoridade competente para proferir a decisão dos Recursos.

LUCIANA KAUARA TOMAS SILVA

Equipe de Planejamento da Contratação

KETYANE EVELIN COSTA LIMA

Equipe de Planejamento da Contratação

LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA

Equipe de Planejamento da Contratação

Processo número: 21000.042507/2025-77

Documento SEI nº: 49452724



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 12/01/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA KAUARA TOMAS SILVA, Integrante Requisitante**, em 12/01/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LINDOMAR CALDEIRA EVANGELISTA, Integrante Administrativo**, em 12/01/2026, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49452724** e o código CRC **7486A130**.